

DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2025v27id5361>

DO LAR ÀS SALAS DE AULA: O TRABALHO COTIDIANO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA EM JORNAIS LOCAIS NA DÉCADA DE 1950

From home to classrooms: the daily work of female primary and secondary education teachers in local newspapers in the decade of 1950

De la casa a las aulas: el trabajo cotidiano de profesoras de educación primaria o secundaria en periódicos locales en la década de los 50

Clarice Nascimento de Melo¹, Thamyres Pollyana da Cruz Teixeira²

Resumo: O presente artigo pretende analisar o trabalho cotidiano das professoras da educação primária e secundária publicado nos jornais locais na década de 1950, marcada pelo projeto do nacional-desenvolvimentismo. Visto que a pesquisa documental é a atividade fundante do percurso metodológico, como fonte, utilizou-se o jornal *Folha do Norte*, que possuía forte influência popular durante o recorte da década de cinquenta, que se encontra microfilmado na Fundação Cultural do Pará (FCP). Por meio dessas notas jornalísticas coletadas, foram abordadas temáticas de reivindicações salariais, demandas do cotidiano, relação das docentes com a gestão, formação profissional e prestígio/homenagens que as professoras recebiam pelo seu trabalho exercido. Conclui-se que esta pesquisa é uma contribuição para os estudos voltados às mulheres na educação paraense, sendo possível, através da análise desse cotidiano laboral, dar visibilidade a essas agentes históricas constituintes da educação.

Palavras-chave: história; educação; professoras.

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA) | Belém | PA | Brasil. E-mail: mnclarice@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7287-5648>

² Universidade Federal do Pará (UFPA) | Belém | PA | Brasil. E-mail: thamyrespollyana55@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7134-6584>

Abstract: The present article aims to analyze the daily work of female primary and secondary education teachers published in local newspapers in the decade of 1950, marked by the national development project. Since documentary research is the founding activity of the methodological path, the newspaper "Folha do Norte" was used as a source, which had a strong popular influence during the decade of the nineteen fifties and is microfilmed at *Fundação Cultural do Pará (FCP)*. Through these journalistic notes collected, themes were addressed of wage claims, daily demands, the relationship between teachers and management, professional training and the prestige/honors that teachers received for their work. It's concluded that this research becomes a contribution to studies focused on women in Pará's education, it's possible, through the analysis of this daily labor, to give visibility to these historical agents that constitute education.

Keywords: history; education; female teachers.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el trabajo cotidiano de docentes de educación primaria y secundaria publicado en periódicos locales en la década de 1950, marcada por el proyecto de desarrollo nacional. Siendo la investigación documental la actividad fundacional del camino metodológico, se utilizó como fuente el periódico "Folha do Norte", de fuerte influencia popular durante la década de 1950, que se encuentra microfilmado en la *Fundação Cultural do Pará (FCP)*. A través de estas notas periodísticas recopiladas se abordaron temas de las demandas salariales, las exigencias cotidianas, la relación entre los docentes y la dirección, la formación profesional y el prestigio/honores que recibían los docentes por su labor. Se concluye que esta investigación constituye una contribución a los estudios centrados en las mujeres en la educación en Pará, posibilitando, a través del análisis de la labor cotidiana, dar visibilidad a estos agentes históricos que constituyen la educación.

Palabras clave: historia; educación; profesoras.

1 INTRODUÇÃO

Em *Excluídos da História*, Perrot (2017) tem como ponto de partida a constatação de que alguns personagens históricos eram marginalizados e/ou tinham suas ações diminuídas por conta de uma história de cunho positivista, que se debruçava sobre os grandes feitos dos grandes homens. Essa realidade também marca a trajetória da mulher brasileira na educação nos últimos séculos, a qual, apesar de extraordinária, ao mesmo tempo é pautada em papéis sexuais estereotipados, sendo silenciada desde o seu surgimento até os dias atuais.

O artigo busca problematizar o labor cotidiano desenvolvido por professoras, para entender como o trabalho era vivenciado pelas docentes na educação paraense, dividindo o espaço doméstico e compondo o mercado de trabalho. Logo, o principal objetivo dessa pesquisa é justamente analisar o dia a dia dessas profissionais, por meio das notas presentes nos jornais locais sobre educação na década de 1950, visto que proporcionar visibilidade para este cotidiano laboral tem sentido político, marcando a voz e a presença das mulheres, como:

[...] destaque às narrativas que apagam os momentos de presença das mulheres, levam à reavaliação de diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história relendo como políticas ações interpretadas até então como um fato social (Costa, 2003, p. 203).

As ações elucidadas no decênio de 1950 pautam o longo processo de desdobramento do capitalismo industrial no Brasil, que se baseia na industrialização e acúmulo de capital. Essa década, demarcada pelo ideário do nacional-desenvolvimentismo, legitimava e reafirmava projetos e práticas capitalistas, implantados desde o governo do presidente Getúlio Vargas, perdurando também no governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Nesse período posterior à II Guerra Mundial, o Brasil encontrava-se em um cenário de transformações contínuas nas esferas políticas, econômicas e sociais (Fonseca, 2004). Então, o projeto nacional-desenvolvimentista visava alcançar o modelo ideativo do que seria modernidade. No planejamento ideal, para atingir princípios baseados em progresso e crescimento, o termo “desenvolvimento” estava atrelado ao termo “industrialização” — em outras palavras, desenvolver o país era industrializá-lo.

Com a aplicação do projeto do nacional-desenvolvimentismo, várias áreas foram ampliadas, de modo que a esfera educacional se tornou um canal que recebeu um grande investimento, resultando na profissionalização de mulheres para que preenchessem esse espaço trabalhista. Contudo, as atividades educacionais foram compostas majoritariamente pelo gênero feminino no corpo docente, principalmente na educação primária e secundária³. No entanto, apesar de constituírem de maneira significativa as salas de aula, há uma mudança brusca de ocupação em relação a cargos considerados mais altos, seja por maior relevância social seja por melhor remuneração.

³ Intitula-se “ensino primário e secundário”, pois assim era referido pela constituição de 1946. Com as alterações na esfera educacional, durante o período ditatorial militar, foi alterado para 1º e 2º Grau. Já no processo de redemocratização brasileira, com a constituição de 1988, mudou-se novamente a terminologia para Ensino Fundamental e Médio, permanecendo essa nomenclatura até a atualidade.

Como o público feminino tinha forte presença na educação primária, houve uma ampliação dessa participação também na educação secundária na década de 1950. A pesquisadora Apple (1995) afirma que o magistério passou a significar, para muitas mulheres, a possibilidade de ascensão social. Todavia, elas adentram simultaneamente o campo profissional, revelando-se socialmente como força de trabalho. Ainda assim, eram frequentemente vistas como inferiores. Constatou-se que, pelo fato de essas áreas serem compostas por mulheres, há padrões seguidos em torno dessas profissões, como a visão de um ofício “mais fácil” de ser exercido, com salários baixos, mínima relevância conferida às suas realizações, invisibilidade sobre sua potência social, entre outros. Esse conjunto de fatores reveste a profissão exercida por elas de estigmas e estereótipos tanto sociais quanto culturais (Arretche, 2015).

Esta pesquisa contribui para o debate na área de história da educação no campo da educação de mulheres, para que seja contemplada tanto no meio acadêmico quanto social uma discussão referente ao tempo histórico das mulheres na educação paraense, dando centralidade à visibilidade que deve ser direcionada às professoras, as quais integravam quase que de forma total a educação primária e secundária local.

Tendo a dimensão da história social das mulheres como um campo de produção de conhecimento da sociedade ao longo do tempo, é examinado o cotidiano laboral dessas professoras no Pará, através de jornais sobre educação, destacando o que era realizado por elas enquanto articulavam-se e revelavam-se como educadoras no cerne da política nacional-desenvolvimentista, uma vez que o recurso jornalístico é um meio para evocar o passado vivido, pois, a partir do instante em que há historicidade em algo, torna-se documento (Le Goff, 1992).

As autoras Kreniski e Aguiar (2011) retratam que a utilização da imprensa escrita como fonte de estudo tornou-se essencial para a compreensão das mentalidades que circulavam pela sociedade em determinada época, mediante a ampla divulgação de discursos. Até 1945/1950, a imprensa era conhecida como “Imprensa de Opinião”, ou seja, deixava de ser apenas um canal informativo sobre as notícias do mundo e “ultrapassava a simples função de ‘espelho da realidade’, para tornar-se instrumento ativo de opinião pública” (Zicman, 1985, p. 3). Como meio investigativo, as notas jornalísticas são usadas para interpretação do meio social, buscando entender as relações entre o documento e seu contexto (Silva, 2009), além de desempenhar uma poderosa ferramenta de comunicação, cujo registro permanece apesar da passagem do tempo.

A partir de uma abordagem metodológica, o corpus documental desta pesquisa se debruçou em notas de jornal, com o recorte da década de 1950, tendo enfoque no jornal *Folha do Norte*, microfilmado e armazenado no acervo da Biblioteca Arthur Vianna, presente na Fundação Cultural do Pará (FCP), antigo Centro Cultural Turístico Tancredo Neves (CENTUR), de acesso público. Com essa coleta de fontes, foi possível compor a rotina trabalhista de docentes com o intuito de lançar luz à essas profissionais que integraram a educação paraense.

As professoras que detêm poder para ter seus escritos nas publicações jornalísticas da época delineiam um perfil marcado por certos privilégios sociais, raciais e de classe que as distinguem na sociedade. Em sua maioria, provavelmente tratava-se de mulheres urbanas, com destaque para aquelas residentes na capital, lugar este em que funcionavam

as instituições de ensino mais bem requisitadas em Belém, como o Colégio Estadual Paes de Carvalho e o Instituto de Educação do Pará, localizados no centro da cidade, espaços tradicionalmente associados ao reconhecimento social e à qualidade educacional.

O jornal contemplado era comandado por Paulo Maranhão e foi um dos mais importantes na história da imprensa paraense, com maior circulação tanto nas esferas populares quanto entre a elite na década de 1950. Considerando que possuía grande alcance populacional, contendo notícias diversas de âmbito regional, nacional e internacional (Seixas *et al.*, 2013), explica-se como as professoras eram apresentadas socialmente em um espaço público detentor de tanto poder social, assimilando como era configurada e transmitida na memória coletiva a visibilidade destas educadoras.

Para ordenar as notas coletadas segundo uma lógica mais efetiva, foi utilizada a alternativa de categorização das fontes documentais, que, segundo André (1989), auxilia o pesquisador a organizar e direcionar a pesquisa. Deste modo, as mesmas foram separadas em categorias oriundas da temática central deste artigo, com cada uma obtendo um subtítulo a respeito do conteúdo tratado nas notas de jornais.

Em termos gerais, esta pesquisa é um convite para refletir acerca da visibilidade e do espaço dado às mulheres que constituíam a docência paraense. Portanto, este artigo discute primeiramente a região amazônica, com enfoque no ensino local. Em seguida, é abordada a historicidade do gênero feminino e da educação com mulheres. Por fim, é analisado o labor cotidiano dessas professoras, que atuaram na década de 1950, o qual tornou-se público por intermédio da imprensa local que o retratava com um estilo habitual.

2 A REGIONALIDADE E A EDUCAÇÃO LOCAL

Enquanto havia o debate sobre a industrialização e o desenvolvimento no âmbito nacional, a região amazônica possuía algumas especificidades por conta do jogo de interesses de elites locais, marcando o início da tentativa de planejamento do desenvolvimento regional⁴. A perspectiva era de que aquela era uma área “atrasada”, tanto em sua gênese, por se utilizar de atividades extrativistas, quanto em sua população enquanto sociedade.

Com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), iniciou-se um conjunto de políticas que almejavam o desenvolvimento da Amazônia com a tentativa de modernizar a região de forma integral, no entanto, tais táticas traziam alguns entraves. Baseados em uma sociedade urbano-industrial, tentando ajustar o modelo de produção e se espelhando no industrialismo acelerado, pensou-se em uma região progressista, moderna e civilizada, tendo como parâmetro um ideário vinculado primordialmente ao desenvolvimento econômico espelhado no método norte-americano. Ao ser implementado esse viés, são invisibilizadas e negadas singularidades e especificidades regionais, como evidenciam Silva e Batista (2015, p. 10):

A cultura amazônica, particularmente aquela relacionada com os espaços rurais, teria sido edificada a partir das condições peculiares da natureza e da economia

⁴ O qual deu seguimento até a criação da SPVEA em 1953, que, apesar de ser voltada para um projeto que fosse resultar em desenvolver o território amazônico, possuía caráter contraditório e excludente quanto às particularidades da região.

extrativista na qual sua população estava inserida. Esse suposto anacronismo teria sido reforçado pelo modo como a educação brasileira se edificou, ou seja, uma educação elitista e distanciada dos contextos produtivos, que acabou privando as pessoas das regiões interioranas do país de uma cultura mais evoluída e reforçado os processos de desigualdade entre o rural e o urbano.

É neste cenário, com uma política baseada no plano econômico associado à industrialização e ao capital, com cunhos nacionalistas, que se estabelecem as linhas gerais da educação. De acordo com Pasinato (2013), a educação continuava sendo, portanto, uma das faces basilares para o desenvolvimento e foi utilizada como um mecanismo para sair do status de país subdesenvolvido, com nuances distintas em cada governo. Em decorrência disso, ao longo da década de 1950, foram travados numerosos debates políticos de suma importância sobre os caminhos educacionais que deveriam ser executados para que o Brasil crescesse economicamente e socialmente.

Adentrando a história da educação brasileira, observa-se que, no século XX, mais especificamente durante o período cinquentista, houve uma expansão significativa da educação primária e secundária. Isso ocorreu porque o modelo industrial tinha como ideologia projetar a educação como meio modernizador da sociedade e instrumento de desenvolvimento da nação. Em consonância com Xavier (2001, p. 72):

As mudanças introduzidas [nos anos 1950] nos meios de comunicação e na industrial e a consequente generalização do modelo urbano de vida, com as ilusões de progresso e com suas mazelas, ampliaram as expectativas de ascensão social pela educação. A formação de uma população marginal nas grandes cidades e a necessidade de sua integração à sociedade urbana e industrial imprimia à educação escolar não só o atributo de direito a todos, mas, sobretudo, o de necessidade de todos.

Com essa associação entre desenvolvimento econômico e educação, foram elaborados no estado do Pará diversos planejamentos voltados a promover mudanças significativas no âmbito educacional. No governo de Magalhães Barata, por grande influência da ideologia que o país estava atravessando, houve uma valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino municipal, para que resultasse em um fortalecimento da economia estadual, a fim de “mudar o quadro de dependência econômica através das mudanças nas formas de produção, por isso, já se pensava em uma política de educação profissional” (Mendes, 2016, p. 64).

Já o governador Zacarias de Assumpção implementou uma política chamada de “redentorista”, segundo a qual seria adotada para a Amazônia uma educação civilizatória, cujo objetivo era fazer a mesma superar a condição considerada “atrasada”⁵. Por outro lado, ao tentarem alcançar esse cenário idealizado, ignorando as especificidades da região amazônica, a política redentorista acabou tornando-se uma política educacional que aumentava a desvalorização regional. Segundo Almeida e Melo (2017, p. 84-85):

[...] foram desenvolvidas ações para a escola primária, para o ensino secundário técnico e profissionalizante, respondendo as propostas de valorização e integração da região as políticas econômicas e educacionais do período em que

⁵ Essa política basicamente consistia em civilizar a população que habitava a região, pois a mesma era lida como selvagem, atrasada e antiga. A referência de avanço eram as potências europeias e os Estados Unidos. Trazendo para uma questão nacional, o modelo de “avançado” era o grande estado de São Paulo, o qual era visto, dentro do Brasil, como um espelho de lugar industrializado a ser seguido pelos demais estados.

a educação é colocada como redentora da sociedade nacional e amazônica, pois lhe caberia civilizar e formar de um novo sujeito o sujeito urbano, consumidor e trabalhador numa indústria cada vez mais diversificada em nosso país e região. Mas suas políticas “redentoristas” encontraram limites evidenciados pela tensão entre as demandas efetivamente locais e as políticas modernizadoras vindas do centro para a periferia, o nacional-desenvolvimentismo, que localmente se manifesta na contradição entre a (des) valorização regional e o projeto de educação civilizatória e modernizante.

Então, a educação gradativamente passou a se tornar palco da preocupação pública (Lombardi, 2016). Os problemas que envolviam a esfera educacional passaram a ser tratados com uma importância emergente, em virtude de ser concebida como fator fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade brasileira. Com isso, as mulheres são inseridas, intencionalmente, no mundo do trabalho, na contramão das expectativas socialmente impostas a elas, constituindo majoritariamente e ativamente a composição do ensino local.

3 MULHERES, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

Acerca da historicidade da educação de mulheres, a desigualdade se revela como um conceito central, considerando que estas foram desestimuladas a participar tanto do processo quanto da prática educacional. Carranza (2016) frisa que a educação é reflexo, até hoje, de pautas de um Brasil colonizado por Portugal, baseadas em uma ótica androcêntrica — tendência para assumir o masculino como único modelo de representação coletiva — perpetuando por séculos, de modo que até hoje é possível perceber seus resquícios. Nesse ínterim, em uma sociedade patriarcal, a história traz a cristalização do passado no qual o gênero feminino era retratado como inferior e subordinado aos interesses do gênero masculino (Cardoso; Souza; Albuquerque, 2021).

A questão educativa voltada para mulheres era vinculada às prescrições de comportamento que evitassem “envergonhar” o marido e a família, ao cumprimento de deveres sexuais conjugais e aos afazeres relativos aos cuidados da casa e dos filhos. Ribeiro (2003) aponta um episódio envolvendo o poeta português Gonçalo Trancoso, durante o século XVI, que, ao ser procurado por uma dama da sociedade portuguesa solicitando que a ensinasse a ler, respondeu-lhe com um “abecedário moral”. Nesse abecedário, cada letra representava um atributo desejável para as mulheres da época, totalmente debruçado no “enquadramento” social ao qual a mulher era condicionada, por exemplo: A – amiga de sua casa; H – humilde a seu marido; M – mansa; Q – quieta; R – regrada; S – situada; entre outros.

Apesar de as mulheres serem historicamente colocadas em uma posição excludente, constata-se que, além do sexo, a raça também funcionou, ao longo da história brasileira, como um elemento de hierarquização das condições impostas a elas, visto que a mulher negra se encontra na junção — nada benéfica — entre o sexismo (discriminação sexual) e o racismo (discriminação racial). A esse respeito, a pesquisadora Freitas (2017) ao abordar o contexto escravista no Brasil, tendo como recorte geográfico o Rio de Janeiro, esclarece que o trabalho de instruir sempre esteve nas mãos de mulheres. Explicita-se que as amas de leite eram “responsáveis” não apenas pela amamentação, mas também pela educação de crianças brancas; assim, recaía sobre a mulher negra o

papel de educar e desenvolver essas crianças para a vida social e adulta:

A presença das mulheres negras na educação no Brasil é, portanto, anterior à luta pela entrada na escola normal, no magistério ou mesmo na universidade; encontra sua origem na função das amas, ofuscadas na narrativa oficial, mas compondo desde sempre o cenário da educação no Brasil, fazendo com que fosse dessa forma, e não de outra, protagonizando construções, que de essenciais perduram na contemporaneidade (Freitas, 2017, p. 68).

Em *Mulher e educação: a paixão pelo possível*, Almeida (2000) discorre como o magistério primário foi visto como uma profissão essencialmente feminina. Atrelando isso à conjuntura vivida na década de 1950, marcada pelos constantes investimentos na educação e pela criação de novas escolas em decorrência da notória expansão educacional, tornou-se necessária a presença de professoras nesses espaços, o que posteriormente se estendeu para toda a educação básica. Nesse sentido, o sexo feminino e o sexo masculino receberam educações distintas. Com a contextualização da década de 50, consolidou-se a necessidade de direcionar um nicho para integrar o âmbito educacional. Por conseguinte, homens foram direcionados a outros setores, enquanto às mulheres, já associadas ao papel de cuidar das crianças como parte inerente de sua essência, foram direcionadas à educação:

A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventureira definiriam a masculinidade. As mulheres que não seguissem seus caminhos, estariam indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de todas as jovens solteiras (Pinsky, 2002, p. 609-610).

A concepção acerca da mulher é algo que foi traçado em diversos séculos⁶. Conforme Anyon (1990) esse estereótipo enraizado socialmente se perpetua em várias esferas, sendo imposto desde a infância. Os conceitos preconcebidos vinculados aos papéis de gênero são reforçados, por exemplo, pela indústria de brinquedos, que frequentemente promove produtos associados a tarefas domésticas, como cuidar da casa, cozinhar, passar roupa, brincar de bonecas — aludindo à maternidade —, etc., para designar ações direcionadas a crianças do sexo feminino, fortalecendo a ideia de que são essas as funções exercidas por mulheres.

Tomando como base a feminização do magistério, a saída dos homens da docência aconteceu em função de vários motivos, entre eles a acentuada presença em cargos mais elevados. Dentro do panorama social em que a mulher era condicionada prioritariamente ao lar, muitas vezes sem necessidade de ser profissionalizada, o magistério tornou-se praticamente uma extensão das características relegadas à instância

⁶ Por exemplo, na literatura brasileira, especialmente na segunda geração do Romantismo, no século XIX, observa-se a idealização da mulher, tanto em sua dimensão externa (fisionomia) quanto interna (características morais e subjetivas), sendo retratada como delicada, sentimental, impulsiva, ingênua, de caráter puro e associada à virgindade, entre outros atributos concernentes a esse ideário, valorizado na sociedade patriarcal e amplamente difundido entre leitores e leitoras da época.

doméstica, pois não havia conflito direto entre a vida pessoal feminina e ser educadora. Consequentemente, ser professora tinha conexão direta com o cuidado de crianças, atribuídas ao cuidado materno, criando certa semelhança nos dois espaços, de modo que o conceito de privado e público acabam por se entrelaçar:

Na opinião de muitos, não havia por que mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro (Louro, 1987, p. 46).

Dado que a mulher não era destinada a ingressar em carreiras fora do que se acreditava ser seu dom natural, a imersão da mesma no mercado de trabalho através da docência resultou em seu único caminho para introduzir-se na esfera trabalhista, o que tornou o ofício do magistério subestimado, ocasionando uma falta de estima por essa profissão em relação às outras. Em seus apontamentos, a socióloga Gohn (1999) revela que o trabalho feminino, mesmo em profissões intelectuais como a docência, foi historicamente desvalorizado, implicando em uma subvalorização tanto salarial quanto cultural, produzindo vários rótulos voltados ao desmerecimento da profissão.

A introdução da mulher no mercado de trabalho não foi imediata, rápida ou fácil, pois fez parte de um processo tardio e complexo que veio a tornar-se real com o sentido de atender a demandas do capitalismo industrial, que se encontrava em expansão. Esse contexto está conectado à demanda gerada, na segunda metade do século XX, por uma elevada criação de escolas com o intuito de atender ao planejamento do nacional-desenvolvimentismo, o que, por sua vez, gerou a necessidade de organizar agentes para esse ofício:

A ampliação dos três níveis de ensino (fundamental, secundário e superior) da rede escolar, inclusive com a proposta de melhor integração entre eles, deveu-se à expansão da indústria e do comércio, à diversificação das profissões técnicas e dos quadros burocráticos na administração e organização dos negócios (Aranha, 2006, p. 256).

A educação primária e secundária tornou-se um espaço de predominância feminina, configurando-se como um dos fatores que consolidaram a profissionalização das professoras no ensino local, assumindo papel de protagonistas da história da educação paraense. Ao analisar o cotidiano laboral dessas professoras, é traçada a labuta que vivenciavam, abrindo margem para que se tornem sujeitos históricos de sua própria história, uma vez que “se a educação modifica a mulher, logo, como todos os seres humanos, a mulher também modifica a educação escolarizada, enquanto sua principal veiculadora” (Almeida, 2000, p. 21).

4 VIDA LABORAL DE PROFESSORAS NA IMPRENSA PARAENSE

Como mencionado anteriormente, a pesquisa baseou-se em notas jornalísticas da década de 1950. A partir do levantamento desse material, foi realizada uma categorização que orientou a análise das fontes. Dessa maneira, elas foram organizadas em cinco subtemáticas, que são: reivindicações salariais; demandas do cotidiano; relação das docentes com a gestão; formação profissional; e prestígio/homenagens pelo trabalho

exercido.

As reivindicações feitas pelas professoras aparecem em quatro notas de jornais, solicitando melhorias na condição salarial. Essas narrativas nos levam a refletir sobre como essa questão, para as docentes, era precária, ao ponto de demandarem uma ação mobilizadora em busca de mudanças. Na notícia intitulada *Quer saber o T.C. quanto ganha as professoras contratadas do C.E.P.C.*, é exposta uma sessão remetida ao Tribunal de Contas (TC), que ocorreu para saber o número de aulas diurnas e noturnas que Odaléa Nunes, Leodolinda Sousa e Raimunda Rocha, professoras contratadas do Colégio Estadual Paes de Carvalho (CEPC), ministram por dia e mês, para possibilitar a avaliação do ônus que cada contrato impõe ao Estado. No entanto, o que chama atenção é o fato de estar explícito que há uma omissão, a qual é referida como injustificável, nos contratos mencionados dessas profissionais, indicando uma falta de segurança em seus direitos trabalhistas:

O professor José Cavalcante Filho, secretário de Educação e Cultura, remeteu ao Tribunal de Contas, para registro, os contratos de Odaléa Cláudia Nunes e Leodolinda Ponte e Sousa, professoras de Trabalhos Manuais; e de Raimunda Fidanza de Macedo Barreto de Rocha, de Economia Doméstica, todas do C.E.P.C, com salário de 30,00 por aula diurna e 40,00 por aula noturna.

O processo foi distribuído ao ministro Lindolfo Mesquita, para relatar o qual solicitou informações a Secretaria de Educação e Cultura para que diga qual o número de aulas noturnas e qual número de aulas diurnas que cada uma das contratadas ministra por dia e por mês. Consequentemente, qual o total que cada uma percebe para que possa ficar claramente definido o ônus que cada contrato traz ao Estado e poder o T.C. verificar o emprego de dotação orçamentária destinada aquele fim, em virtude de injustificável omissão encontradas nos referidos contratos. Um ofício será dirigido ao titular da Educação, a respeito [...] (Quer saber [...], 1954, p. 3).

No texto intitulado *Professoras e braçais* de Lindanor Celina, expressa-se indignação quanto à baixa remuneração recebida pelas professoras — chamadas de normalistas — no Brasil, principalmente no estado do Pará⁷, onde, segundo a autora, o magistério primário está recebendo menos do que “os varredores de armazém e que as operárias da castanha” (Celina, 1954, p. 6). É demonstrado a situação insalubre que as docentes eram submetidas, uma vez que, mesmo introduzidas no mercado de trabalho de forma assertiva, ainda sim sua profissão era alvo de pouco prestígio social, acarretando uma remuneração considerada incompatível com o ofício exercido. Diante disso, é nítida a aversão sentida por Celina em relação a essa realidade:

Assistimos agora a mais uma calamidade que nunca pensei presenciar: ver nossas educadoras, nossas professoras primárias perceberem salários inferior a um trabalhador braçal. Professoras normalistas, moças que estudaram durante dez anos, sabe Deus à custa de que sacrifícios, que receberam conhecimentos de literatura, línguas, matemática, pedagogia, didática, sofreram a suprema humilhação de ser relegadas, em remuneração, a um plano inferior a um trabalhador de caminhão, a um estivador de beira de cais. Sim, senhor! Era só o que nos faltava ver neste Brasil infeliz, neste país liquidado, em que os estudantes são marretados em plena praça pública (Celina, 1954, p. 6).

⁷ De acordo com o Decreto nº 35.450, de 1º de Maio de 1954, existe uma disparidade entre salários em cada região e/ou sub-região do País, em função de cada peculiaridade dos locais.

Esse inconformismo diante da inferiorização salarial também se reflete em outra nota. Com o título de *Atualidades*, de Irene Azevedo, a autora afirma que a educação se tornou comercializada; contudo, os professores ainda são reféns de “migalhas do orçamento”. Azevedo, que exerce a docência, analisa os embates enfrentados pelas profissionais em seu ofício. É visível que aparece fortemente a indagação do porquê de as mestras, responsáveis pela formação educacional do país, uma profissão imprescindível, ainda serem subalternizadas quando o assunto é sua remuneração. Fica claro o quanto esse panorama — que nas palavras da autora, é quase que caótico e desestimulante — atinge o nicho das profissionais que atuam na esfera educacional:

Sem pretensões, nem puritanismo, encaro com tristeza e quase desânimo o panorama caótico, senão anárquico a que se reduz o sistema educacional do Brasil. Ao professor, vítima dos orçamentos: ao professor – responsável pela formação da nacionalidade; ao professor exige-se – em qualquer circunstância bom senso, integridade moral absoluta a par da cultura, de bondade, de serenidade.

Por falta de apoio material e moral, entretanto, comercializa-se o ensino. Displicentemente, faz-se jús (sic) aos míseros proventos, numa corrida louca e extenuante de colégio para colégio, a somar no fim de cada mês, as migalhas do orçamento deficitário, em face das dificuldades que assoberbam a sua torturada existência. Nada justifica, entretanto, que o mestre, deixe de ser a lição viva que inspire confiança, que suscite estímulos, que inspire virtudes. E tão nobre o seu papel que, a despeito das vicissitudes da vida, cumpre-se mantenha acima da miséria que rodeia. O aluno, que hoje quase sempre, não traz a educação necessária que os pais deviam ministrar desde os primeiros dias, tem de receber na escola, a par das luzes intelectuais, o verniz da educação, desenvolvendo-se moral, física e intelectualmente, como a pedra que veio das minas e foi entregue ao ourives, para ser lapidada, avaliada, esculpida e afinal destinada a joias de raro valor. Ah! Mas tudo isso é muito difícil. Tudo isso na época atual representa para o mestre consciente de seus deveres a mais árdua, espinhosa, senão improfícua missão (Azevedo, 1954, p. 12).

Em *Desejam as professoras a manutenção da emenda*, conta-se sobre diversas preceptoras do ensino primário do estado do Pará, tanto diretoras, quanto professoras, que no dia anterior estiveram no Palácio do Governo, para pedir diretamente ao governador Zacarias de Assumpção que deixasse a emenda aprovada na Assembleia Legislativa, referente ao aumento de seus vencimentos. Com essa notícia, infere-se que as mulheres que compunham o quadro educacional local estavam à frente das lutas de sua causa, articulando ações de confronto e resistência às condições salariais impostas, tendo suas vozes emitidas, na busca por melhorias:

Diversas preceptoras do ensino primário de nosso Estado, diretoras e professoras, estiveram, ontem pela manhã, no Palácio do Governo, a fim de apelar para o governador Zacarias de Assumpção, no sentido de manter a emenda aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, referente ao aumento de seus vencimentos. [...] Entregaram as professoras o seguinte memorial dirigido ao governador:

1– No ensejo da discussão do projeto de aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual, remetido por V. Excia. à Assembléia Legislativa do Estado, diversas emendas foram apresentadas e aprovadas, tendentes a melhor amparar as preceptoras que, tantas vezes com sacrifício, se dedicam a transmitir às crianças os ensinamentos indispensáveis à vida. Com esse procedimento os dignos deputados à Assembléia Legislativa vieram ao encontro dos salutare

propósitos de V. Excia., no sentido de minorar as dificuldades que o funcionalismo enfrenta na sua manutenção [...].

2- Com a aprovação das emendas referidas, as diretoras de grupos escolares deverão receber, mensalmente, Cr\$ 2.300,00, orientadores leigas (sic) Cr\$ 1.300,00. Como V. Excia. bem compreenderá esses padrões de vencimentos, longe ainda de serem realmente compensadores dos trabalhos, cansaças e responsabilidades do magistério especialmente do interior do estado, apenas atendem às suas necessidades mais rudimentares, todavia sujeitando-as a verdadeiras privações, somente suportáveis por vocação heroica e patriotismo incontestável. [...]

3- Contudo, atemoriza-as a notícia divulgada pela imprensa de que o Governo de V. Excia. em face dessas mesmas contingências financeiras, iria vetar os aumentos concedidos pela Assembléia Legislativa, o que viria ferir frontalmente as conquistas obtidas pelas postulantes. É por isso que tomam a liberdade de dirigir-se a V. Excia., para dizer-lhe de sua esperança, que é quase uma certeza, de que mais uma vez o espírito de justiça e humanidade de V. Excia. há de vencer essas contingências encontrando solução capaz de harmonizar os superiores interesses do Erário Estadual com as necessidades mais inafastáveis das professoras do ensino primário paraense.

4- Assim sendo, deixam aqui expressamente consignado o seu apelo para que o governo de V. Excia., mais uma vez, demonstre com todo o realismo sua constante preocupação pelo melhor amparo ao funcionalismo já anteriormente beneficiado por outros aumentos e vantagens, como o salário-família e os adicionais por tempo de serviço. [...]

É com esse espírito que aguardando as determinações do Governo que V. Excia. Chefia, se subscrevem as professoras públicas do ensino primário do estado (Desejam as professoras [...], 1954, p. 3).

A nota *Professoras lotaram as galerias da assembleia*, de 1954, reitera a afirmativa de que a temática salarial era uma discussão bastante persistente no âmbito do magistério. No conteúdo em questão, é narrado o acontecimento em que professoras se fizeram presentes na Assembleia Legislativa para acompanhar a sessão que iria discutir o processo de aumento de salários da classe de normalistas. Entende-se que essas mulheres configuraram o sistema educacional para além da sala de aula, integrando também espaços não escolares na batalha por uma profissão mais digna e reconhecida. Essa participação e o enfrentamento das condições trabalhistas impostas tornam-se, assim, perceptíveis:

Desde o início da sessão foi notado a afluência, nas galerias, de professoras, que as lotaram até o fim dos trabalhos, dispostas a assistir à apreciação ao processo n. 304, do projeto-de-lei oriundo do Poder Executivo, e que visa aumentar os vencimentos dos servidores públicos estaduais [...].

Disse que esses parlamentares haviam fugido da presença nas galerias, de professoras. As dezenas, e frisou: "Homens que não enfrentam mulheres, não podem enfrentar a administração pública. São uns covardes!"

Entrando no mérito do processo, leu o deputado José Maria Chaves sobre os padrões reservados as professoras, considerando-os miserabilíssimos, lembrando que já teve ocasião de apresentar um substitutivo que, se aprovado, dará ao magistério o que ele realmente necessita, isto é, um aumento justo, que corresponda ao custo de vida (Professoras lotaram [...], 1954, p. 6).

A última nota jornalística que compõe a categoria de teor salarial é intitulada de *Memorial das professoras à Assembléia Legislativa*, de 1954. Nela, um grupo de professoras

primárias da capital dirigiu-se até a Assembleia Legislativa para reivindicar a proposta governamental que estipulava um aumento de apenas 150 cruzeiros em seus vencimentos, valor considerado baixo por elas. Com isso, percebe-se que, apesar de negligenciadas, havia além de um desejo por mudanças, uma articulação organizada para que suas vozes fossem ouvidas e suas ações repercutidas, na busca por um resultado favorável em relação à alteração salarial, ponto crucial na luta por melhores condições de trabalho docentes:

As professoras primárias regentes de grupos e escolas da capital, ao que soubemos, estão empreendendo um movimento no sentido de que seja alterada a proposta governamental, na parte referente à reestruturação do funcionalismo estadual, pois não se conformam com o aumento de 150 cruzeiros que se lhes quer dar. Hoje, à tarde, segundo fomos informados, as professoras irão a Assembléia Legislativa, a fim de entregar um memorial, expondo as razões em que se apoiam para pleitear melhoria de vencimentos. Nesse documento, que será assinado por quase todas as professoras da capital, terão os deputados precioso material para estudo que os inabilitará ao verdadeiro conhecimento da triste situação das mestras primárias (Memorial das professoras [...], 1954, p. 8).

Na série de notas que designam as demandas do cotidiano laboral de professoras do estado, há um agrupamento de assuntos sobre solicitações ligadas ao trabalho docente executado no dia a dia, como nomeações⁸, exonerações a pedido⁹, transferências¹⁰, efetividades¹¹, pagamentos de vencimentos¹², aposentadorias¹³, demissões¹⁴ e licenças¹⁵. O que chama atenção nesta categoria é a conjuntura em que essas solicitações eram postas com bastante frequência em um veículo de circulação pública, divulgando dados pessoais dessas mulheres.

As solicitações apareciam, normalmente, na coluna jornalística de despachos proferidos, constando o nome da professora solicitante, a escola em que a mesma exercia seu ofício, a solicitação elaborada e seu resultado, sendo ele negativo ou positivo. Nem todas as notas possuíam todas essas informações, pois algumas tinham a ausência de certos dados. No entanto, o conteúdo extraído foi suficiente para compor essa categoria temática, tendo uma suma importância no entendimento da estruturação do labor cotidiano, ao configurar um elemento fundamental da rotina das educadoras paraenses.

⁸ Nomeações: Prof^a Raimunda Ferreira Azevedo na escola Franklin Roosevelt; Maria Duarte Damasceno, para exercer o cargo de prof^a da 1^a. entrância, com exercício na escola do lugar Alto Rio Mapuá, município de Breves; Marisa Néri da Silva, normalista, para exercer, efetivamente, o cargo de prof^a da 3^a. entrância, com exercício no grupo escolar Paulino de Brito, vago com a aposentadoria da normalista Maria José de Barros Marçal; Maria de Lourdes Maiato Ribeiro, para o cargo de prof^a no Educandário "Monteiro Lobato", em Cotijuba; Raimunda Fernanda Azevedo na Escola "Franklin Roosevelt"; Meryan Benassuly, normalista para a vaga da Prof^a Vitória Margalho; Jacira G. do Carmo, para o cargo de prof^a no lugar "Barreiros" em Itaituba; Maria dos Prazeres B. de Sousa, para o cargo de prof^a no lugar "Ilha dos Inocentes" em Itaituba; Maria Valmira F. Branches, para o cargo de prof^a no grupo escolar "Frei Ambrosio" em Santarém; Sebastiana N. da Gama, para o cargo de prof^a no lugar "Bôa Fé" em Santarém; Sebastiana dos Anjos Marques, para o cargo de prof^a no lugar "Samaúma" em Itaituba;

⁹ Exonerações a pedido: Maria Iná Moreira de Sousa, do cargo de prof^a de 1^a entrância, lotada na escola do lugar S. Militão, município de Almerim; Aldair de Oliveira Silva Lisboa, do cargo de prof^a de 1^a. entrância, lotada na escola do lugar Americano, município de João Coelho; A normalista Holana de Almeida Corrêa, do cargo de prof^a da 3^a. entrância, lotada no grupo escolar José Veríssimo; Helena Fé de Jesus Almeida, do cargo de prof^a da 2^a. entrância, lotada no grupo escolar Frei Amorcao, município de Santarém; Maria José Ribamar Cantanhede, do cargo de prof^a da 3^a. entrância, lotada no grupo escolar Vilhena Alves; Joana Iraci Ferreira Gouvês, do cargo de prof^a da 1^a. entrância, lotada na escola do Bairro de São Pedro, município de Soure;

Dulce Cardoso de Veiga, do cargo de profª da 2ª. entrância, lotada na Escola de Salinópolis; Aracy de Lemos Guimarães, profª no grupo escolar "Paulino de Brito"; Helena Fé de Jesus Almeida, profª no Grupo "Frei Ambrosio em Santarém; Yara Tocantina de Queiroz, profª no Grupo de Marabá.

¹⁰ Transferências: Aldete Déo de Freitas, profª em Altamira; Eley Duarte Elleres, profª da 3ª. entrância, para servir na Escola Isolada de Porto Moz; Raimunda Amaral da Silva, profª de 2ª. entrância do grupo escolar de Igarapé-Açu para o grupo escolar de João Coelho.

¹¹ Efetividades: Cesarina Pascoal da Silva, profª em Nova Timboteua; Alzira Godinho da Silva no grupo escolar "Paulino de Brito"; Maria do Carmo Brito Ferreira, profª, no município de Nova Timboteua; Terezinha de Jesus Cardoso Magalhães Ramos, para o cargo de profª da capital; Doralice Oliveira Fonseca para o cargo de profª no município de Igarapé-Miri; Marta Alice Peixoto de Brito, para o cargo de profª em São Miguel do Guamá; Alda Deluck Pinto Neves, profª no Grupo de Marapanim; Angelica de Sousa Sales, profª no lugar Marapiriteua em Ananindeua; Elba Mendes de Sousa, no cargo de profª de 3ª. entrância, lotada no grupo escolar Dr. Freitas; Rosa Furtado Varanda, no cargo de profª de 2ª. entrância, lotada no grupo escolar de Anhangá.

¹² Pagamentos de vencimentos: Maria Odete da Silva Freitas, profª do Grupo Escolar de Maunã; Marina Jurema, profª no lugar "Bom Jardim, município de Maracanã; Profª Anadir Justas Passos da Silva, profª Adalgilsa Pinheiro de Oliveira, Profª Eny da C. e Silva, Profª Alice Chamb, do Colégio Estadual Paes de Carvalho do ensino primário; Luiza Cavalcante de Oliveira, profª, no município de Nova Timboteua; Alda Natalia Gonçalves dos Santos, profª, no município de Ponta de Pedras; Inah dos Santos Pinto, profª no município de Acará; Elza Xavier Falcão, profª em Ananindeua.

¹³ Aposentadorias: Paimira Barros Furtado de Miranda, profª do grupo escolar "Augusto Montenegro"; Maria de Nazaré Leal Uchôa Martins, profª do grupo escolar "Pedro II"; Avelina de Lima Ferreira, profª do Grupo Escolar "Pedro II"; Maria Irinéia do Menino Jesus Paiva, profª do grupo escolar de Conceição do Araguaia; Vitoria Pina Margalho, profª no grupo escolar "Benjamin Constant"; Ana Coelho das Neves, profª, em Caxangá em Icoaraci; Joaquina da Conceição Costa Seabra, profª com exercício na Colonia de Tomé-Açú.

¹⁴ Demissões: Isaurina Reis Soares, do cargo de profª, de 1ª. entrância, lotada na escola do lugar Peritoró, município de Bragança; Ubaldina Gama Tavares, do cargo de profª de 1ª. entrância no lugar Tamatateua, município de Bragança; Nilde Maria de Oliveira, do cargo de 1ª. entrância, lotada na escola do lugar Colonia Augusto Montenegro, município de Bragança; Any Lobão, profª no lugar "Jutaí", em Nova Timboteua; Mariana Heiga Botelho de Seixas Alves, profª, em Marapanim.

¹⁵ Licenças: Irene Dias Teixeira de Azevedo, profª do IEP (lic. especial); Florentina da Mata Lobato, profª do Grupo Escolar Augusto Montenegro (lic. especial); Carmen Cruz de Oliveira – profª do G.E. Paulino de Brito (lic. especial); Olinda Modesto Gonçalves, profª da 3a. entrância, lotada no grupo escolar "Dr. Freitas" (30 dias de licença, para tratamento de saúde); Raimunda Gomes do Rosário Pisinell, profª do grupo escolar "Vilhena Alves" (lic. para tratamento de saúde própria); Percília Milhomens, profª no grupo escolar de Soure (lic. saúde); Joventina Sousa e Silva, profª em Porto de Moz (lic. saúde); Cleonice Corrêa Macedo, profª no lugar "Livramento", em Curuçá (lic. repouso); Maria Lucia Tolosa Almeida, profª no lugar "Pascoa", em São Caetano de Odvelas (lic. repouso); Célia de Carvalho Pena Carneiro, profª no grupo escolar de Icoaraci, (lic. repouso); Maria Lisbôa da Silva Elias, profª no lugar "Cachoeiras", em Vizeu (lic. saúde); Olivia Pereira Marques, profª, em Bajurú (lic. saúde); Edelburga Sampaio Lacerda, profª, em Mosqueiro (lic. repouso); Petronlis Pinheiro de Carvalho, profª, lotada nas escolas reunidas da vila de Americano em João Coelho (lic. saúde); Raimunda Montalvão, profª do lugar Jacaréquara em Acará (lic. saúde); Yvette do Nascimento Maués, profª do grupo escolar "Vilhena Alves" (lic. para tratar de interesses particulares); Deolinda Coutinho da Cruz, profª no grupo Benjamin Constant (lic. especial); Terezinha de Jesus Nunes Bibas, profª no grupo Barão do R. Branco (prorrogação de licença); Iná dos Santos Pinto, profª em Acará (lic. repouso); Maria de Nazaré Araujo Tavares, profª no Tenoné em Icoaraci (lic. repouso); Maria Zeneide Gomes Negrão, profª no lugar Salgadinho em Castanhal (lic. repouso); Graziela Alencar do Nascimento, profª no município de Castanhal (lic. especial); Luiza de Sousa Rodrigues, com exercício no I. E. do Pará (lic. especial); Maria de Nazaré Amorim, profª no município de Bajarú (lic. especial); Dulcinéa da Costa Alves, profª no grupo escolar "Benjamin Constant" (lic. especial); Diva Nobre do Nascimento, profª no município de Anhangá (lic. para tratar de interesses); Felipa de Sousa Rodrigues dos Santos, profª do grupo escolar "Augusto Montenegro" (lic. repouso); Helena de Jesus Tavares Bibas, profª no grupo escolar "Augusto Montenegro" (lic. repouso); Maria Luiza Aires de Mendonça, profª em Santarém (lic. repouso); Olga Medina Medeiros Vieira, profª em Bragança (lic. repouso).

Uma notícia dentro desta categoria chamou a atenção, pois não era apenas uma demanda, e sim uma contratação, com um fator excêntrico relacionado à solicitação feita. Com o título de *Professora*, o anúncio buscava uma docente mulher particular que ensinasse uma menina cursando o 4º ano primário. O informativo em destaque especificava critérios de como deveria ser sua aparência, sendo utilizados termos como “boa aparência” e “independente”, o que nos leva a questionar se esses requisitos seriam os mesmos caso a contratação fosse para alguém do sexo masculino. Além disso, é descrito que a aluna estudava em um colégio de freiras, tornando evidente um critério religioso que provavelmente influenciaria diretamente na contratação. As funções que a professora deveria exercer também são um componente importante, visto que a ela está atrelada à carga de cuidar da “educação em geral” da estudante:

Precisa-se de uma moça independente, com instrução ginasal e boa aparência, para ser professora de uma menina do 4º ano primário, que está estudando no colégio de freiras, filha de um senhor viúvo, devendo ajudá-la no preparo de aulas e cuidar de educação geral. Não se exige prática. Ordenado inicial Cr\$ 1.000,00 livres. Ofertas com foto e todos os dados pessoais, dirigidos para dr. Drummond. Caixa Postal, 1146 – Belo Horizonte-Minas (Professora, 1954, p. 4).

A relação das professoras com a gestão foi identificada nas notas jornalísticas que corriam sobre Convocações de Professoras, as quais eram chamadas a comparecer, presencialmente, na maioria das vezes, à Secretaria de Educação e Cultura ou à Diretoria do Ensino Municipal. A motivação para tal convocação não era citada, mas suspeita-se que envolvia assuntos recorrentes, por haver no jornal uma coluna regular apenas para essas convocatórias, que eram emitidas de maneira usual, podendo comparecer a professora em questão ou alguém que a representasse, ilustrando certa urgência na resolução.

Considerando essa regularidade das chamadas públicas, chega-se à hipótese da possibilidade de o número de professoras ser reduzido, tendo em vista que as mesmas eram convocadas presencialmente, e talvez não houvesse viabilidade em relação a um quantitativo elevado de docentes. Com essas notas, abre-se também a possibilidade de cogitar o fato de que essas mulheres tinham sua vida profissional exposta, com seus nomes divulgados em um recurso jornalístico público e popular. Nesse ínterim, pode-se pensar que, em razão disso, essas educadoras deixam a informalidade profissional, passando a integrar a formalidade, devido à aproximação concreta com a gestão. Subsequentemente, demonstra-se como era emitida a listagem com o nome das professoras¹⁶:

Devem comparecer, com urgência, à Secretaria de Estado, de Educação e Cultura, as seguintes professoras: Laudelina da Luz Bastos, Anilda Bentes de Sena, Maria Anunciada de Oliveira Pantoja, Maria Inã Moreira de Sousa, Luiza Cavalcante de

¹⁶ Além da nota exposta na íntegra, outras notas foram coletadas. A seguir, será mostrado um compilado apenas com os nomes das professoras. Maria Gomes da Silva Oliveira, Aracy de Lemos Guimarães e Maria Lucila de Sousa; Santana Marques, Arzuila Moita, Mary Jucá dos Santos e Yolanda Martins e Silva; Raimunda da Cunha Lauzid; Aurora Vidal de Lima; Cleonice Vasconcelos, Eneida Soares de Queiroz e Maria Ivelize de Freitas; Maria Fonseca Dias, Laila da Silva Ribeiro, Elvia Machado da Costa, Maria Paixão do Céu Araujo de Sales, Maria de Nazaré Araujo Tavares, Altamira Menezes Canor, Maria Isabel Ferreira de Castro; Aparícia Costa e Geny Leal de Macedo; Maria Otilia Pinheiro; Mirtes Luiza de Freitas; Yvone Leal Monteiro; Marlene Messias, Ana Pereira de Oliveira e Angela Menezes; Mercedes Rebelo, Lucilinda Rosado, Joana Lobato, Nair Lira de Oliveira, Neide Guimarães, Laura Carneiro, Laurinea Conceição Rodrigues e Maria de Lourdes Silva.

Oliveira, Olivia Pereira do Nascimento, Benedita Gomes Ferreira Luz, Orlandina Trindade de Oliveira Melo, Maria Soledade Benevides, Josefa Fernandes da Silva, Rosa Furtado Varanda, Filomena Gomes dos Santos, Raimunda de Jesus Ribeiro Sampaio, Cândida Cunha e Sousa, Helena Mesquita, Zenite Corrêa de Sousa, Dulcimar Teixeira, Zita Lima Cruz, Antonia Cravo Ferreira, Noemia Vieira da Cruz, Alzira Vidal de Almenda, Graziela Brigido de Oliveira, Esperança de Lima Duarte, Consuelo Pamplona de Oliveira, Maria Lisbôa da Silva Elias, Maria Amelia Ribeiro Pantoja, Teresinha de Jesus Mesquita, Maria das Dores Silva, Osvaldina da Conceição Neves, ou pessoas que as representem (Secretaria [...], 1952a, p. 6).

Ademais, foram elencadas notícias que disponibilizavam informações — como data, horário e local — sobre exames de habilitação para professoras que, embora exercessem a docência, não eram diplomadas, propiciando a essas educadoras o processo examinal para adquirir a formação profissional adequada. Dessa categoria, extraem-se alguns elementos, como o fato de existir uma porcentagem de mulheres trabalhando sem a devida profissionalização para o cargo e a existência de uma mobilização governamental visando capacitá-las profissionalmente, promovendo a transição da informalidade para uma profissão cada vez mais formal:

A Secretaria de Educação e Cultura avisa que foi designado o dia 15 do corrente, às 14 horas (oficiais), para se procederem os exames de habilitação das professoras não diplomadas, que não compareceram à primeira chamada, e das candidatas estranhas que requereram ditos exames. As interessadas devem comparecer a Secretaria de Educação e Cultura para fazer a respectiva inscrição. Os exames serão efetuados no grupo escolar Barão do Rio Branco (Secretaria [...], 1952b, p. 2).

Além dessas certificações profissionalizantes, foram encontrados comunicados que forneciam cursos de especialização profissional e cursos de férias. Tanto a disponibilidade quanto a acessibilidade dessas ferramentas de formação técnica e conceitual permitiam às docentes desenvolver habilidades e competências essenciais, proporcionando-lhes melhores oportunidades e ampliando sua inserção no mercado de trabalho. Tais iniciativas buscavam fortalecer a qualificação dessas professoras e funcionavam ainda como mecanismo para garantir a implementação de práticas pedagógicas padronizadas, retratando não apenas a oferta desses cursos, mas medidas institucionais que buscavam responder às demandas educacionais emergentes da época:

O diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos enviou ao secretário de Educação deste Estado um ofício pondo à disposição da aludida Secretaria duas vagas a serem preenchidas por professoras de Curso Normal. Deverão elas realizar um curso de Metodologia das matérias do ensino primário, a ter lugar na capital do país, de agosto a outubro próximos. A indicação das candidatas fica a critério do secretário de Educação. O ofício cita os cinco pontos que devem ser atendidos pelas candidatas. As professoras indicadas deverão apresentar-se no Rio, dia 20 de julho. Poderá, ainda, o nosso Estado dispor de uma vaga para especialização em Jardim de Infância. O curso sobre educação pré-primária será de quatro meses, a partir de agosto próximo. O prazo para a indicação de candidatos do Estado se extingue a 5 de julho, devendo o professor indicado trabalhar em jardim de infância e ser capaz de orientar futuramente os colegas de especialidade (Curso [...], 1954, p. 2).

O curso de férias para professores municipais funcionará, a partir de amanhã, na escola "Estados Unidos" - Interessante iniciativa do ensino Municipal.

A prof. Yolanda Martins e Silva, diretoria do Ensino Municipal, vem de instituir um curso de férias para elementos do magistério primário mantido pela prefeitura, segundo os termos da portaria que a seguir divulgamos:

À Diretora do ensino municipal, usando de suas atribuições, resolve:

- a) instituir um curso de férias para os professores do magistério primário Municipal, a fim de melhor atender à finalidade educativa das escolas que lhes são subordinadas.
- b) o curso em caráter intensivo será realizado de 12 a 31 de julho e funcionará na ESCOLA ESTADOS UNIDOS
- c) serão ministradas matérias sobre as seguintes disciplinas:
 1. Metodologia da matemática - Yolanda Martins e Silva.
 2. Metodologia da língua nacional - Pe. Cupertino Contente
 3. Recreação infantil - Prof. Dinan Barros Menezes.

Farão parte integrante do curso palestra sobre Psicologia infantil, Sociologia educacional, aspectos importantes da história do Brasil e do Pará e excursões a logradouros públicos que apresentem real interesse ao desenvolvimento cultural do professor.

- d) ao término do curso os professores receberão certificado de conclusão do mesmo, sendo para tal fim necessário:
 1. Frequência mínima de 2 das aulas.
 2. Comparecimento de ao menos 50% do que refere o item 4 da alínea C.
 3. Bom rendimento nas aulas dadas e trabalhos apresentados.
- e) aos professores do curso primário de escolas públicas federais ou estaduais, bem como de escolas particulares, será facultada a matrícula no curso de férias, mediante solicitação feita a esta DIRETORIA (Instituído [...], 1954, p. 16).

Na categoria sobre prêmios recebidos e/ou formas de prestígio e reconhecimento do trabalho, constam premiações de estímulo que as professoras receberam e/ou ações de homenagens que prestigiaram o trabalho dessas mulheres no campo do magistério. Outrossim, as docentes ocupavam de modo predominante o âmbito educacional, elas eram parte crucial para a garantia de um ensino de qualidade, pois, sem o empenho delas, seria muito difícil haver avanços. Isso porque, ao buscar por resultados positivos, é de extrema relevância trabalhar com incentivos. Analogamente, as premiações, os reconhecimentos e os prestígios são métodos para o incentivo de um trabalho bem realizado. Apesar desses estilos motivacionais, percebe-se que, quando as professoras recebiam esses prêmios e/ou homenagens, a maioria obtinha nomenclaturas ou categorias masculinizadas, como "Anísio Teixeira" e "professor do ano", o que dá margem ao entendimento de que, apesar da presença feminina, o gênero masculino se sobressaía nas conquistas realizadas pelas mulheres:

Manhã festiva a de ontem na Escola Municipal "Estados Unidos", à praça Floriano Peixoto, onde se realizou a cerimônia de encerramento do "Curso de Férias" (1954) das professoras das escolas municipais, iniciativa da jovem preceptora Iolanda Martins e Silva e prefeito Celso Malcher. Trinta e duas professoras receberam certificados do curso, tendo sido premiadas as que obtiveram classificação destacada. O 1º lugar da turma coube à professora Creusa Gomes Barreiros, que recebeu o prêmio "Anísio Teixeira". [...] Mereceu louvores, pela sua organização e apuro, a exposição de trabalhos de matemática e recreação infantil, tendo sido a festa assistida por elevado número de pessoas, entre elas autoridades, professoras de grupos escolares da capital, orientadoras do ensino e membros da Assembléia Legislativa. [...] Funcionaram no Curso cinco professoras: normalistas Dina Menezes, de recreação infantil: padre Cupertino Contente, de Português,

normalista Iolanda Martins e Silva, de Metodologia de Matemática (Encerramento [...], 1954, p. 6).

A SOCIEDADE PARAENSE DE EDUCAÇÃO COMEMORA MAIS UM ANIVERSÁRIO, HOMENAGEIA O "PROFESSOR DO ANO"

[...] A prorecta presidente da Sociedade, dr. Hilda Vieira, deu a palavra à sua secretária, professora Maria Barroso, para fazer a saudação à estimada e distinta professora Anita Muller, que fora eleita o "Professor do Ano", no concurso criado pela Sociedade Paraense de Educação. [...] A professora Anita Muller, que é diretora do tradicional "Colégio Suisso-Brasileiro", disse o seu comovido agradecimento em uma formosa oração, recebendo ao encerrá-la, carinhosas palmas da comunidade, sendo-lhes oferecido lindo ramalhete de flores naturais (A sociedade [...], 1957, p. 3).

Outros formatos de prestígio também foram constatados. O reconhecimento do trabalho docente, de certo modo, confere à profissional em destaque estima social e ênfase em suas práticas, fortalecendo a carreira e estimulando futuras professoras. A nomeação de escolas com nomes de mulheres rompe com a prática habitual de homenagear predominantemente figuras masculinas, constituindo um gesto de significativa importância para a valorização das contribuições femininas à história. Ao realizar essas homenagens nas instituições escolares, não apenas há um enfrentamento à sub-representação feminina nos espaços públicos, bem como tornam suas trajetórias e conquistas mais visíveis e socialmente celebradas:

HOMENAGEM A UMA VELHA MESTRA

O secretário de Educação vai propor ao governador do Estado que seja dado o nome da professora Ana Vasconcelos à Escola inaugurada, em homenagem a mestra que durante trinta anos ensinou no grupo de Castanhal, onde se aposentou (Mais uma escola [...], 1954, p. 3).

Em *Professores homenageados no "Pais de Carvalho"*, trata-se de uma solenidade realizada pelo colégio mencionado para homenagear três professores da instituição, dentre eles, a professora Emiliania Sarmento. A notícia não apenas registra uma homenagem, mas evidencia um evento escolar, que ocorria de diversas maneiras, com várias formalidades, como apresentações de canto, entrega de flores, orações e palavras de carinho proferidas durante a cerimônia. O fator de ser escolhido dois homens e uma mulher, em especial, nos mostra a disparidade do quantitativo feminino em comparação ao masculino, posto que, mesmo havendo maior presença de mulheres na educação, ainda assim, é notório que a escolha de homens se sobressai:

A congregação do Colégio Estadual "Pais de Carvalho" fez realizar, pela manhã de ontem, uma solenidade de homenagem aos professores Joaquim Viana e Arnaldo Lobo e a professora Emiliania Sarmento, os quais lecionaram nesse estabelecimento de ensino História Natural, Português e Francês. [...] O Dr. Cécil Meira, em nome da Congregação, proferiu significativa oração, ressaltando as qualidades daqueles três mestres, que lecionaram para milhares de alunos do referido estabelecimento. Terminou dizendo que a Congregação os considerava professores eméritos da casa onde tantos anos atuaram e a diretora Maria Amélia Ferro de Sousa entregou-lhes diplomas, conferindo-lhes esse título. A sra. Catarina Mattar, aluna do 2º ano Científico, saudou aqueles mestres, em nome do Corpo Discente do Colégio Estadual "Pais de Carvalho". Em seguida foi a senhorinha Eunice Rena, da 3a. série ginasal, quem ressaltou as qualidades dos

homenageados, através de uma poesia, tendo também proferido uma oração a senhorinha Terezinha E. Sousa, da 4a. série ginásial. [...] Dezenas de alunas entregaram aos professores Arnaldo Lobo e Joaquim Viana e a professora Emiliania Sarmento ramalhetes de flores, isso sob salvas de palmas. A professora Maria Luzia Vela Alves, que já foi aluna da professora Emiliania Sarmento e que muito a estima, segundo declarou em rápidas palavras nessa sessão solene, fez com que o Corpo Orfeônico do "Pais de Carvalho" apresentasse diversos números de Canto, todos especialmente dedicados as pessoas que estavam sendo homenageadas, entre os quais "Luzes da Ribalta". Franqueada a palavra a quem dela quisesse fazer uso, discursou o dr. Arnaldo Lobo, fazendo um retrospecto da sua vida como educador. Agradeceu em nome do professor Joaquim Viana e da professora Emiliania Sarmento, àquele ato de reconhecimento dos Corpos Docentes e Discentes do "Pais de Carvalho" (Professores [...], 1954, p. 2).

Nesse sentido, com o auxílio da mídia impressa, é possível tecer um histórico de como era o labor cotidiano das docentes que constituíram o corpo educacional paraense na década de 1950. Com as notas jornalísticas analisadas, as temáticas que integram a vida laboral dessas professoras refletem seu cotidiano, revelando-as como agentes de sua própria história em meio a uma sociedade patriarcal que diariamente as desestimulava. Ao delinear a labuta dessas profissionais, abrem-se estudos para entender suas condições de trabalho e sua perpetuação na área, pois, apesar da tentativa de silenciamento e invisibilidade, foram protagonistas de movimentações significativas, ressaltando a magnitude de reconhecer e valorizar a contribuição dessas mulheres para a história da educação regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa, entende-se que a educação se tornou para as mulheres uma chance de emancipação, libertação, resistência, força, afirmação e inconformismo, agindo como instrumento de fortalecimento de sua posição enquanto sujeitos em uma sociedade que, cotidianamente, lhes negava simbolicamente a existência. Paralelamente, essa luta feminina é atravessada pela conquista de espaços e de direitos vinculados à sua atuação profissional, evidenciada por sua presença constante na educação paraense.

Apesar dos estereótipos de gênero e do silenciamento frequente, a resistência feminina manifestou-se de forma contundente, uma vez que as mulheres estiveram na linha de frente ao enfrentar o sistema para que seus atos alcançassem a efetividade e suas opiniões pudessem emergir. A análise das fontes coletadas revela a presença marcante das mulheres na historicidade da educação, caracterizada por uma conjuntura pós-guerra e pelo ideário do projeto nacional-desenvolvimentista.

O historiador Bloch (2001) afirmou que os documentos não devem ser compreendidos como narradores absolutos, pois seus discursos carregam particularidades relacionadas à parcialidade, às perspectivas e às intenções dos sujeitos que os produziram. De acordo com Barros (2019), além da historiografia presente nos registros, torna-se essencial promover análises e problematizar o passado neles inscrito.

Dessa maneira, as temáticas identificadas nas notas jornalísticas contribuem para a constituição de elementos determinantes da vida laboral das professoras, permitindo refletir como elas se mantiveram atuantes em uma sociedade que as negava, invisibilizava e desestimulava; sociedade esta em que as relações de gênero assimétricas

reproduziam desigualdades também no campo profissional. Apesar desse cenário adverso, foram elas que ocuparam e participaram diretamente da História da Educação no Brasil.

Conclui-se que é possível delinear hipóteses e desdobramentos acerca da trajetória laboral dessas professoras em um contexto marcado por contínuas transformações no país, abrangendo desde a educação infantil até os níveis primário e secundário. Ao reconhecer o protagonismo dessas mulheres na árdua luta pela garantia de direitos básicos e pela sobrevivência cotidiana, adentra-se nas suas experiências de trabalho não apenas em sua dimensão concreta, mas, sobretudo, em sua dimensão simbólica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Pará, pelo apoio à pesquisa científica, na forma de concessão de bolsa de estudos.

REFERÊNCIAS

A SOCIEDADE paraense de educação comemora mais um aniversário, homenageia o "Professor do Ano". **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 26571, p. 3, 30 abr. 1957.

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

ALMEIDA, K. N. C.; MELO, C. N. Educação e desenvolvimentismo no Pará: as políticas "redentoristas" do governo de Zacarias de Assumpção - 1951 a 1956. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 16, n. 69, p. 76-86, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8648237/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 35-45.

ANYON, J. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 13-25, nov. 1990. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1093>. Acesso em: 24 set. 2024.

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. Guarulhos: Moderna, 2006.

ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

AZEVEDO, I. Atualidades. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24946, p. 12, 15 ago. 1954.

BARROS, J. D. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, C.; SOUZA, L. F.; ALBUQUERQUE, K. A. Gênero e desigualdade na escola: por uma educação emancipadora. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 154-167, abr. 2021. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/educacao-emancipadora>.

Acesso em: 13 abr. 2025.

CARRANZA, K. A. C. **Educação da mulher no Brasil e Magistério**. [S. l.: s. n.], 2016.

CELINA, L. Professoras e braçais. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24784, p. 6, 9 maio 1954.

COSTA, S. G. Gênero e história. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (org.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 187-208.

CURSO de metodologia das matérias do ensino primário. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24838, p. 2, 11 jun. 1954.

DESEJAM as professoras a manutenção da emenda. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24954, p. 3, 20 ago. 1954.

ENCERRAMENTO do curso de férias. **Folha do Norte**. Belém, ano LVI, nº 24922, p. 6, 1 ago. 1954.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11934>. Acesso em: 9 set. 2024.

FREITAS, T. P. **Mulheres negras na educação brasileira**. Curitiba: Appris, 2017.

GOHN, M. G. **O trabalho feminino e as práticas educativas: a docência como extensão do trabalho doméstico**. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUÍDO o curso de férias para professoras municipais. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24886, p. 16, 11 jul. 1954.

KRENISKI, G.; AGUIAR, M. C. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o "vagabundo" na imprensa brasileira (1989-1991). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-14.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LOMBARDI, J. C. Educação e nacional-desenvolvimentismo: articulações e confrontos entre concepções e pedagogias antagônicas (1946-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 16, n. 67, p. 23-38, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645955>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LOURO, G. L. **Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1987.

MAIS UMA ESCOLA rural inaugurada. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, nº, 24774, p. 3, 04 abr. 1954.

MEMORIAL das professoras à Assembléia Legislativa. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24940, p. 8, 12 ago. 1954.

MENDES, H. W. A. S. **A política de educação profissional do governo Magalhães Barata no Estado do Pará-1956 a 1959**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

PASINATO, D. Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 1-13, 2013. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, C. B. Mulheres nos anos dourados. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 607-639.

PROFESSORA. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24646, p. 4, 14 fev. 1954.

PROFESSORAS lotaram as galerias da Assembleia. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24928, p. 6, 05 ago. 1954.

PROFESSORES homenageados no "Pais de carvalho". **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24842, p. 2, 13 jun. 1954.

QUER SABER o TC quanto ganha as professoras contratadas do C.E.P.C. **Folha do Norte**, Belém, ano LIV, n. 24782, p. 3, 08 maio 1954.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 79-94.

SECRETARIA de Educação e Cultura. **Folha do Norte**, Belém, ano LII, n. 23408, p. 6, 24 jan. 1952a.

SECRETARIA de Educação e Cultura. **Folha do Norte**, Belém, ano LII, n. 23490, p. 2, 13 mar. 1952b.

SEIXAS, N. S. *et al.* Jornal Folha do Norte e suas publicações sobre a Amazônia, o Pará e a cidade de Belém. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. **Anais [...]**. São Paulo: ALCAR, 2013. p. 1-11.

SILVA, G. Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 44-55, dez. 2009.

SILVA, J. B.; BATISTA, I. M. S. O 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia de 1955: educação para o desenvolvimento amazônico. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 66, p. 56-72, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643702>. Acesso em: 5 maio 2021.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório**: educação e ciências sociais no projeto do Centro

Brasileiro de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/MEC (1950-1960). Bragança Paulista: CDAPH; Instituto Franciscano de Antropologia; Universidade São Francisco, 2001.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, jan./dez. 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 2 abr. 2022.

Contribuição das autoras

Clarice Nascimento de Melo – Coordenadora do projeto de pesquisa, contribuiu com a elaboração do planejamento do artigo, em suas linhas gerais, participou da análise dos dados, da construção textual e revisão da escrita final.

Thamyres Pollyana da Cruz Teixeira – Mestranda, contribuiu com a realização da pesquisa documental nos jornais, organizou sistematicamente as fontes coletadas, realizou a análise dos dados e fez a escrita do texto.

Declaração de conflito de interesse

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o artigo “Do lar às salas de aula: o trabalho cotidiano de professoras da educação primária e secundária em jornais locais na década de 1950”.

Disponibilidade de Dados

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão disponíveis no artigo.

Revisão gramatical por:

Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior

E-mail: esferreira.sergio@gmail.com